



No debate, a defesa de mais escolas públicas gratuitas

Candidatos pedem escolas gratuitas

Universidades qualitativamente melhores e mais escolas públicas gratuitas. Essas foi a tônica dos discursos dos candidatos à Câmara, Luiz Rossi-PT, Eurico Dutra-PSC, e ao Senado-Pompeu de Souza-PMDB, e Alberto Peres-PDC, para mais de 100 professores e estudantes em debate no Sindicato dos Professores. O debate transcorreu em clima pacífico sem os comuns ataques pessoais, com os candidatos concentrados na exposição de suas plataformas eleitorais.

O primeiro a falar foi o candidato Pompeu de Souza que fez uma longa exposição sobre «o processo» de dominação a que esteve submetida a população brasileira ao longo de todo o processo político brasileiro. «No seu entender, o Brasil vive» um longo e tenebroso absentismo político e cultural e por isso o PMDB está trabalhando ativamente dentro de uma proposta de reavaliação cultural e política. Essa é uma de suas prioridades, caso seja eleito.

Alberto Peres, candidato do PDC ao Senado enfatizou a obrigação do Governo Federal «em realmente dar prioridade à liberalização de recursos para a melhoria do quadro educacional no país e não criar projetos que falssem essa realidade».

Alberto Peres afirmou que a bandeira de seu partido está «centrada na

dignidade da pessoa humana, na igualdade de oportunidades, através da obrigação do poder constituído em conceder educação para todos».

Eurico Borba, do PSC, no seu discurso fez um protesto, em nome dos partidos pequenos, contra as dificuldades de espaços nos meios de comunicação para a realização de suas campanhas eleitorais. Estabeleceu três pontos básicos da luta do partido no Distrito Federal: primeiro, destacou a Constituinte «como o instrumento social mais importante para a realização sócio-econômica de uma nação; em segundo lugar, destacou as metas do PSC na luta política do DF, «na busca da primazia do bem comum, não demagógica mas concreta e sem subterfúgios».

O candidato do PT à Câmara, Luiz Rossi, classificou a atual política educacional promovida pelo governo como «uma mercadoria idêntica a qualquer outra» com o agravante de ser de baixo nível e de má qualidade. «Lembrou os prejuízos que os acordos firmados pelos governo militares com instituições internacionais — como o acordo Mec-Usaid feito em 1965 — «revertendo os verdadeiros objetivos de uma política educacional voltada para o ensino público gratuito e universidade qualitativamente, mais bem aparelhadas, tanto em recursos humanos como materiais».